

## A POLÍTICA DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA E O IMPACTO PARA OS AFRODESCENDENTES

Roberta Gonçalves Magalhães

1. Bolsista PROBIC, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana,

e-mail: [Roberta.magalhaes13@yahoo.com.br](mailto:Roberta.magalhaes13@yahoo.com.br)

2. Orientador Nilo Rosa dos Santos, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana,

e-mail: [nilorosasantos@gmail.com](mailto:nilorosasantos@gmail.com)

**Palavras Chave:** Discriminação, cotas, políticas afirmativas e educação.

### Introdução

O Estado da Bahia é marcado por significativas e persistentes desigualdades para como os não-brancos e esta questão tem grande efeito nos processos de formulação, inserção e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

Este é o argumento fundamental deste texto. Ele vem agrupado em três partes. Em um primeiro momento, faz-se uma abordagem dialética das ações afirmativas em particular do sistema de cotas nas universidades públicas, motivos e conseqüências. Na segunda etapa o foco fica por conta do sistema de cotas nas universidades públicas da Bahia: um olhar para questão étnico-racial e/ou socioeconômica. E, por fim, a conjuntura do mercado de trabalho para os afrodescendentes com o sistema de cotas no que tange o os espaços das Universidades Públicas da Bahia.

O papel desse trabalho é debater quais as conseqüências deste processo, ou seja, da política de cotas para o mercado de trabalho e para o sujeito cotista na Bahia, sendo assim, busca estabelecer uma análise que não tem como ponto principal a discussão de ser contra ou não as ações afirmativas e sim a defasagem é herança da dívida social que o país tem com os negros pelas injustiças e preconceitos que se desenrolam desde os primórdios históricos da formação da cultura brasileira.

A base para a defesa das cotas é a de que pela discriminação não é dada oportunidade aos negros como aos não-negros, nas mais diversas áreas, o que aumentaria a distância social entre a maioria negra e a branca. Tal medida traz vários debates, pois o sistema de cotas sozinho não é capaz de alcançar todos objetivos, e que, este, assumindo o caráter de medida paliativa, também não será capaz de alcançar avanços realmente significativos em termos educacionais para o país. Entretanto, o sistema não pode e não deve ser condenado e julgado de forma precipitada e imediatista, torna-se antes imperativo, um processo de clarificação acerca de seus reais objetivos, e uma análise cada vez mais crítica e aprofundada das reais possibilidades desses objetivos serem alcançados.

O fato é a educação brasileira é extremamente elitista, está subordinada a classes sociais determinadas. As universidades públicas exigem em seus processos seletivos um conhecimento que não é oferecido aos alunos de escolas públicas no ensino fundamental e médio, formada principalmente por afro-descendentes. Tendo em vista este contexto, no qual imperam de forma absoluta do preconceito, a exclusão social e a má distribuição de renda, torna-se indiscutível o fato de que as cotas podem ser analisadas em dois focos distintos, sendo que isso acontece porque geralmente a visão favorável ou contrária ao sistema de cotas está densamente relacionada à classe social de quem a defende ou a rejeita. Segundo, Nilo Rosa dos Santos, “o processo de exclusão culmina com os trabalhadores afrobrasileiros, ocupando espaços na economia informal, na criminalidade ou nas atividades que requerem apenas talento individual, como nos esportes e nas artes”.

Na Bahia tal discussão aflora-se, pois, segundo o IBGE, tem uma população composta de 73,2% de pretos e pardos. Neste sentido, a sociedade tem exigido das instituições de ensino superior a adoção de políticas afirmativas que visem à equalização do acesso aos negros e brancos nas universidades. De fato, é necessário uma análise onde possa visualizar os impactos dessas políticas públicas dentro da sociedade baiana, e qual seu papel para os afrodescendentes. Tudo isto se dá porque a superestrutura social e política é um espaço privilegiado, onde os afrobrasileiros estão ausentes. O sistema de cotas vai introduzir alguns afrobrasileiros no espaço universitário que é o mais importante espaço de superestrutura.

Desta forma, tem-se que o objetivo da pesquisa será, portanto, o reconhecimento e problematização do impacto social causado pelo acesso ao ensino superior por populações afrodescendentes no estado da Bahia através da política de reserva de vagas nas universidades públicas baianas, através de uma avaliação das implicações acadêmicas, políticas, econômicas e sociais da inserção destes grupos ao ensino superior, e seu efeito na vida dos afrobrasileiros e no mercado de trabalho.

### **Metodologia**

Este projeto pretende contribuir para o debate referente a cotas para negros e pardos dentro das universidades públicas, dentro de uma perspectiva de “combater” a discriminação no que tange o sistema educacional baiano e verificar o desenvolvimento social. Os procedimentos metodológicos desta investigação procuram identificar quais os tipos de comportamentos dos indivíduos perante tais políticas afirmativas que visam a redução da discriminação dos afrodescendentes no ingresso ao ensino superior. Os materiais que guiarão o processo de pesquisa são inúmeros, tais como: livros, artigos, revistas e as publicações que poderão ser feitas e que terá como tema tais assuntos. E contará com os dados fornecidos pelo IPEA, IBGE, SEPROMI, SEI, UFBA, UNEB e UEFS que tem como epicentro a dinâmica das relações sociais e, sendo assim, refere-se a uma revisão bibliográfica.

Para tal, a observação participativa far-se-á indispensável no sentido de enriquecimento do plano de trabalho, pois agregar-se aos espaços que debatem essa questão, será extremamente necessários para uma melhor compreensão do “comportamento” e impactos dessas políticas na universidade e tem como finalidade uma contribuição, no sentido de restringir a desigualdade, principalmente dos negros, no ingresso ao ensino superior, pois tem-se de buscar pelo respeito as diferenças presentes na sociedade brasileira e sobretudo na Bahia.

### **Discursão e Resultado**

O Brasil tem, em sua população, um total de 46% de afrodescendentes segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mas entre os universitários, eles são por volta de 8%, segundo o mesmo instituto, sendo assim, neste cenário pode-se afirmar que o processo de cotas nas universidades tem como objetivo preencher as lacunas de nossa identidade nacional para a redução das desigualdades.

Em passo, tem-se que o mercado, ao longo do tempo, passou a ser o principal mecanismo auto-regulador da vida econômica e social, o que implicou na diminuição do papel do Estado. Sendo assim, as políticas afirmativas, isto é, as cotas surgem como uma alternativa da sociedade de direcionar seus objetivos para o problema da desigualdade social através da proposta de uma educação inclusiva, proporcionando melhores oportunidades de colocação no mercado, pela democratização do acesso à universidade.

Sabe-se que a maior parte da população da Bahia é afrodescendente, de acordo com dados do IBGE, 2007, 63,4% da população é parda, 15,7% é preta, 20,3% é branca e 0,6% são amarela ou indígena e as projeções por sexo é de 49% de homens e 51% de mulheres. Ou seja, a Bahia é o estado brasileiro com maior percentual de negros e pardos na sua população,

mas tal aspecto não implica em uma menor discriminação para com os não-brancos, para tal, estes ainda apresentam condições de vida inferior aos negros do cenário nacional. Dentro dos fatores que reafirma a desigualdade, esta o analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade que é maior para os afrodescendentes e quando comparada a média nacional repete o resultado, ou seja, é mais elevada. Para tal, a falta de estudo reflete no mercado de trabalho: a população branca possui, em média, 6,4% anos de estudo e obtém rendimento médio mensal de 2,5, salários mínimos. Já, a população negra e parda possui, em média, 5,4 anos de estudo e obtém rendimento médio mensal de 1,6 salários mínimos. Quando se faz um recorte para Região Metropolitana de Salvador os resultados são ainda mais brutos, pois a população branca tem médias maiores que os não-brancos.

Para tal, pode-se verificar que o problema da diferença social e educacional esta interligada com as questões étnicas e culturais. Assim, tal processo vem no sentido de viabilizar uma melhoria da situação dos negros e pobres no mercado de trabalho e na sociedade, através da adoção das políticas de cotas com diferenciações étnicas. Segundo Joaquim Barbosa Gomes, 2001, os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a idéia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação, porque teriam espaço.

Outro ponto, fundamental, é que as cotas fomentam a inclusão, segundo Nilo Rosa, dos afrodescendentes na chamada superestrutura, ou seja, na construção do conhecimento, deste modo, nota-se que este movimento implicará em uma nova interpretação dos fatos socioeconômicos, uma vez que, a produção estará sendo desvendada pelos “excluídos”.

Em suma, fica evidente que as reserva de vaga, adotada pelas universidades públicas da Bahia, é uma medida provisória, sendo assim, ao final de cada período, determinada por cada uma, será feito uma avaliação e a depender dos resultados tomam-se as medidas necessárias, pois é de interesse dos grupos acadêmicos, em sua maioria, trabalhar junto à sociedade civil.

### **Considerações finais**

Durante a explanação dessa investigação, pudemos perceber que, embora as disparidades étnicas estejam presentes de várias formas na sociedade brasileira, é no mercado de trabalho que se expressa com clareza à eficiência dos mecanismos discriminatórios. Fatores aparentemente objetivos tornam-se, no mercado de trabalho, requisitos que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores e, no caso da Bahia, colocam os afro-brasileiro em desvantagem em relação aos demais trabalhadores e trabalhadoras. Desta maneira, de acordo com os indicadores analisados neste estudo pode-se afirmar que a discriminação é o principal fator do atraso econômico e social do Estado da Bahia.

Mas, as disparidades encontradas no mercado de trabalho é consequência de ações de discriminação no processo de qualificar dos trabalhadores afrodescendentes. Como foi demonstrado nessa pesquisa essas ações refere-se às limitações no âmbito educacional brasileiro e em particular da Bahia, pois os indivíduos egresso do ensino fundamental e médio público são excluídos das universidades por meio do processo seletivo para adentrar esse espaço.

O reconhecimento da existência social desse fenômeno, ou seja, da desigualdade e discriminação dos afrobrasileiros é o primeiro passo para levar a problemática a debate e,

assim interferir na “vontade política” para mobilizar recursos, para tal, está diretamente vinculada à capacidade de resposta e dos grupos sócias, ou seja, o reconhecimento da discriminação como fenômeno social é o fator principal para a implementação de políticas anti-discriminatórias. Assim, tem-se a necessidade de desenvolver políticas afirmativas de reserva de vagas, pois estas fomentam uma maior igualdade entre os diferentes trabalhadores e evitar e/ou mitiga a discriminação no ingresso ao ensino superior e conseqüentemente no mercado de trabalho e na política.

Por fim, ampliar a representação dos grupos étnicos nas universidades públicas da Bahia fomenta a identificação e a análise das práticas e das condições sociais que levam à reprodução da exclusão, à inserção precária e desigual, como também à limitação na mobilidade social, uma vez que atraso econômico e social de uma sociedade tem como um dos principais componentes a falta de liberdade de seus indivíduos. Este é o feito da discriminação, ela restringe a liberdade do cidadão.

### **Referências**

- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho? Editora: Autores Associados, São Paulo, julho de 2005.
- CASTRO, C. M. Educação Superior e Equidade: Inocente ou Culpada? Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, 2001.
- CAVALLEIRO, Eliane dos S.; HENRIQUES, Ricardo. Políticas públicas afirmativas no Ministério da Educação. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- LLP. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas.
- MATTOS, Wilson Roberto de. Aspectos históricos da exclusão racial: ou como nós, historiadores negros, podemos contribuir com o debate contemporâneo sobre as ações afirmativas. Salvador : UNEB, 2008.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, novembro 2002.
- ROMANO, Jorge O. De volta para o futuro. Int.: Le Monde Diplomatique Brasil: O Novo Estado Desenvolvimentista. Edição 27, outubro 2009.
- SANTOS, Nilo-Rosa. “Sindicato, Poder e Alteridade; O “Outro” nas relações políticas”. Salvador: CRAES, 2004.
- SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOARES, Sergei S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: IPEA, 2000.
- www.ibge.gov.br. Acesso: 10 de julho de 2010 e 13 de janeiro de 2011.
- www.ipea.gov.br. Acesso: 13 de janeiro de 2011.
- www.sei.ba.gov.br Acesso: 04 de fevereiro de 2011.
- www.sepromi.ba.gov.br. Acesso: 28 de junho de 2010.
- www.uefs.br. Acesso: 07 de novembro de 2010.
- www.uesb.br. Acesso: 08 de novembro de 2010.
- www.uesc.br. Acesso: 08 de novembro de 2010.
- www.ufba.br. Acesso: 10 de novembro de 2010.
- www.ufrb.br. Acesso: 10 de novembro de 2010.
- www.uneb.br. Acesso: 25 de setembro de 2010.